

A municipalização das escolas estaduais paulistas: uma síntese das políticas públicas na Educação durante os primeiros quinze meses da gestão Renato Feder no governo Tarcísio de Freitas

Por Felipe Augusto Chadi da Silva¹

A apresentação pretende contribuir para a discussão a respeito das mudanças impostas pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), na pasta da Educação comandada pelo secretário Renato Feder durante o período de janeiro de 2023 a março de 2024, ou seja, período inicial de sua gestão à frente do segundo maior orçamento do Brasil, atrás apenas do orçamento da União.

O tema gerador desta apresentação trata-se da transferência das escolas pertencentes à Secretaria Estadual de Educação (Seduc) para a gestão do município de São Paulo, a partir de 2024, assunto inicialmente publicizado pela imprensa no início do mesmo ano. Tal mudança constitui parte de uma sequência de medidas impostas pelo governo sem ampla discussão com os trabalhadores da educação, sindicatos, estudantes e a comunidade escolar.

Posto isso, foi necessário estabelecer como recorte as propostas e ações do governo estadual no que tange às políticas públicas para as redes de Ensino, sem contudo esquecer que a ação do projeto neoliberal defendido pelo governador Tarcísio de Freitas também traz consequências profissionais aos trabalhadores de educação em seus aspectos mais sensíveis e próximos, como a precarização da carreira, defasagem salarial, falta de concursos públicos para ocupação das vagas ociosas e déficit de profissionais, entre outros assuntos que são pauta dos sindicatos representativos de suas respectivas categorias de trabalhadores e portanto, podem colaborar melhor na discussão que tange as implicações do processo de municipalização para as categorias de profissionais da educação.

¹ Mestre em Educação Profissional, Secretário de Juventude do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (SINTEPS), Secretário de Formação Adjunto da Federação Estadual dos Trabalhadores em Educação Pública de São Paulo (FETE SP) e membro do Fórum Municipal de Educação do Município de São Paulo. Apresentação realizada em março de 2024.

Algumas considerações iniciais são necessárias para a contextualização do assunto. Buscando dimensionar em números, a rede estadual de Educação pública do estado de São Paulo:

- Para o ano fiscal de 2024, teve sua proposta orçamentária² estadual aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), prevista em mais de R\$ 328 bilhões, sendo R\$ 32 bilhões previstos para a pasta da Educação;
- Segundo dados gerais extraídos do site da Seduc³, são mais de 250 mil professores e mais de 65 mil trabalhadores técnicos e administrativos pertencentes ao quadro de profissionais da secretaria;
- Quanto aos estudantes⁴, são mais de 3,5 milhões de matriculados na rede;

Embora não faça parte da Secretaria Estadual de Educação, o governo paulista ainda dispõe do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia de regime especial, vinculada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e alocada na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja responsabilidade se dá na gestão das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs). A instituição tem como atribuição a oferta dos cursos técnicos e de graduação tecnológica para população, atendendo⁵ mais de 226 mil estudantes matriculados em cursos de ensino médio e técnico e outros 90 mil estudantes em cursos de graduação tecnológica.

Parte das ações da instituição são desenvolvidas em parcerias e convênios com a Seduc, como oferta de cursos técnicos em classes descentralizadas, alimentação escolar, desenvolvimento de projetos específicos, realização do Provão Paulista etc.

² Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, disponível em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?14/12/2023/com-previsao-de-r--328-bilhoes-em-receita--orcamento-de-sp-para-2024-e-aprovado-na-alesp#:~:text=aprovado%20na%20Alesp-,Com%20previs%C3%A3o%20de%20R%24%20328%20bilh%C3%B5es%20em%20receita%2C%20Or%C3%A7amento%20de,2024%20%C3%A9%20aprovado%20na%20Alesp&text=A%20Assembleia%20Legislativa%20do%20Estado,328.063.237.237%2C00>. Acesso em 12 de março de 2024.

³ Fonte: Secretaria Estadual de Educação, disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/dados-educacionais>. Acesso em 12 de março de 2024.

⁴ Fonte: Secretaria Estadual de Educação, disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/35-milhoes-de-alunos-da-rede-estadual-de-sp-voltam-aulas-nesta-terca-feira-25/>. Acesso em 12 de março de 2024.

⁵ Fonte: Centro Paula Souza: Funções e Competências. Disponível em <https://www.cps.sp.gov.br/institucional/sobre-o-centro-paula-souza/#:~:text=Nas%20Etecs%2C%20mais%20de%20226,setores%20produtivos%20p%C3%ABlicos%20e%20privados>. Acesso em 12 de março de 2024.

Portanto, sob a responsabilidade de manter e administrar a maior rede estadual de educação pública e a maior instituição estadual de ensino técnico, tecnológico e profissionalizante do Brasil, o governo paulista deveria ter como norteador de políticas públicas para a educação a execução das metas e estratégias visando o cumprimento dos objetivos elaborados no Plano Estadual de Educação (Lei estadual n.º 16.279/2016) cujo limite de vigência caminha para o ano de 2026.

Ou seja, o governo estadual deveria ter o propósito de construir políticas de longo prazo, continuadas, de forma a cumprir a previsão legal e do ponto de vista da gestão pública, lograr resultados observáveis que possam ser quantificados e avaliados no decurso do tempo.

Todavia, os primeiros quinze meses do governo Tarcísio de Freitas demonstraram a apresentação de sucessivos projetos na pasta da Educação, aprofundando a precarização das condições dos trabalhadores da educação, sem a devida discussão técnica e amparo qualitativo quanto ao impacto social e financeiro, além da ausência do diálogo e transparência com setores mais amplos da sociedade, como apontado anteriormente.

Por meio dos veículos de imprensa comercial (rádio, tv, mídia impressa, portais da internet) tem sido comum a divulgação das ações implementadas no âmbito da Educação, seja intencionalmente em falas do secretário Feder, seja por investigação da cobertura jornalística. Abordando os destaques dados ao tema, é possível esquematizar as mudanças trazidas na rede estadual de educação, em paralelo com a movimentação no âmbito legislativo.

Ainda em janeiro de 2023, tão logo assumiu a pasta de Educação, Renato Feder em entrevista ao jornal Folha de São Paulo (edição de 3 de janeiro), anunciava que “Vamos transformar as escolas públicas para que possam ofertar alguns cursos técnicos concomitantemente ao ensino médio. Isso não é feito hoje, fica tudo concentrado no Centro Paula Souza.⁶”

Em consulta da Seduc encaminhada ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE SP), a respeito da oferta de cursos técnicos proposta pela

⁶ Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/01/renato-feder-quer-sp-com-metade-dos-alunos-no-ensino-profissionalizante.shtml>. Acesso em 12 de março de 2024.

secretaria, o Parecer⁷ n.º 327/2023 afirmava a necessidade de melhor planejamento e o temor do comprometimento das atividades desenvolvidas pela autarquia com a descentralização dos cursos em âmbito estadual.

Ademais, ao fragmentar a gestão das escolas técnicas, corre-se o risco de perda de sinergia e de comprometimento da qualidade educacional. O Centro Paula Souza possui equipes especializadas, com profissionais capacitados, que conhecem a realidade e as demandas das escolas técnicas.

É fundamental que a SEDUC se organize para não duplicar esforços e valorize o trabalho e a experiência do Centro Paula Souza. É sensato concentrar esforços e investir na parceria com o CPS, fortalecendo suas equipes, incentivando a inovação e garantindo uma educação técnica de qualidade para os estudantes do estado. (Parecer CEE n.º 327/23)

Sem discutir condições de estrutura, equipamentos, formação dos profissionais, currículo, o secretário Renato Feder apresentou durante a prestação de contas de sua pasta em sessão⁸ da Comissão de Educação e Cultura da ALESP de junho de 2023, o plano prevendo a expansão em 500 mil matrículas específicas para cursos concomitantes ao ensino técnico na Seduc ao longo de 3 anos.

Em abril, o governador de São Paulo tornou pública sua intenção de reduzir o orçamento mínimo previsto para a Educação, passando de 30% para 25%, em projeto que altera a própria Constituição Estadual de 1988, que sob a luta dos sindicatos, estudantes e sociedade civil organizada conquistou o mínimo de 30% do orçamento para a área.

A justificativa⁹ de alocar mais recursos financeiros para a área da saúde sob o pretexto do envelhecimento da população e redução do número de filhos e diminuição das matrículas, atinge contrariamente a bandeira de mais e melhores investimentos que possam lograr escolas de qualidade, com manutenção adequada, recursos para permanência estudantil (visando diminuição da evasão), melhorias da carreira dos profissionais da educação, melhor controle dos gastos públicos.

⁷ Fonte: Conselho Estadual de Educação. Disponível em http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/cons_ava.php?atos=PAR&tipopesquisa=1&num_n=327&num_n_ini=&num_n_fin=&ano=2023&tipopesquisa_proc=1&proc_n=&proc_n_ini=&proc_n_fin=&proc_a=&mes=&relator=&interessado=&assunto=&pesquisar=sim&qtde_res=+LIMIT+0+%2C+100. Acesso em 12 de março de 2024.

⁸ Fonte: TV Alesp. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YilUEV3HbnA>. Acesso em 12 março 2024.

⁹ Fonte: Portal G1. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/10/governador-de-sp-pretende-enviar-a-alesp-proposta-para-diminuir-orcamento-da-educacao-e-aumentar-o-da-saude.ghtml>. Acesso em 12 de março de 2024.

Contraria também a implementação de estratégias de longo prazo abarcadas nos planos estadual e nacional de educação, ao afirmar que a “transferência” dos recursos varia conforme a necessidade observada em cada ano.

Posteriormente a intenção do governador foi consubstanciada na Proposta de Emenda à Constituição (PEC)¹⁰ n.º 9/2023, defendida por Tarcísio de Freitas na ALESP e sob forte pressão do movimento sindical e estudantil. De forma superficial, a PEC procura justificar com base em dados demográficos a necessidade de aumentar o orçamento da pasta da Saúde, sem contudo, aprofundar-se nas demandas específicas da saúde.

Também desconsidera que investir na Educação como ferramenta para a inclusão e promoção da cidadania e desenvolvimento social e econômico, repercute ao longo dos anos no incremento de práticas sociais e científicas de promoção à saúde da população.

Já em agosto de 2023, ao retomar o semestre letivo, o secretário Renato Feder comunicou que pela primeira vez São Paulo não iria aderir ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por incompatibilidade pedagógica dos livros disponibilizados pelo MEC com o material produzido pela Seduc em conformidade com o chamado “currículo paulista”¹¹.

Em informação¹² dada à imprensa, Feder afirmara que o estado irá trabalhar apenas com os livros digitais, como ferramentas de apoio aos docentes, incluindo jogos, objetos 3D e outros. O anúncio causou forte desagravo da comunidade escolar, uma vez que o PNLD é uma política pública consagrada e com décadas de experiência, conduzida por profissionais experientes do Ministério da Educação e sem custo financeiro adicional para o estado.

Após mobilização e campanha dos sindicatos dos trabalhadores da educação e do movimento estudantil, a Secretaria Estadual de Educação retrocedeu de sua decisão¹³ e voltou a aderir ao PNLD, todavia manteve seu programa próprio de

¹⁰ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/spl/2023/10/Propositura/1000505239_1000641963_Propositura.pdf.

¹¹ Fonte: Portal UOL. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/08/03/pnld-livros-aprovados-mec-sp-recusou.htm>. Acesso em 12 de março de 2024.

¹² Fonte: Portal UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/08/02/sp-decide-trocar-livros-oferecidos-de-graca-pelo-mec-por-material-digital.htm>

¹³ Fonte: Secretaria Estadual de Educação. Disponível em <https://encurtador.com.br/lmnqM>. Acesso em 12 de março de 2024.

conteúdo digital por meio do programa do “Livro Didático e Material Digital”, alvo de críticas de especialistas por conter erros¹⁴ elementares de informação. É importante ressaltar a existência de relações interinstitucionais de figuras chave desse processo de digitalização do conteúdo dos livros didáticos.

Iniciando a questão pelo próprio secretário estadual de educação, Renato Feder, que foi diretor executivo¹⁵ por 15 anos da Multilaser, empresa de tecnologia do setor de varejo que também assinou contratos de fornecimento de computadores e outros equipamentos para o estado de São Paulo. A partir de 2019, Feder passou a ocupar uma cadeira no conselho da empresa, quando foi convidado para a Secretaria de Educação no estado do Paraná, posição que ocupou até o final de 2022 antes de assumir a pasta de educação em São Paulo. Os contratos firmados entre a empresa e São Paulo, nos anos de 2021 e 2022, totalizam cifras no montante de R\$ 200 milhões.

Após a repercussão negativa a respeito da qualidade do material digital sendo produzido, em setembro do mesmo ano o Coordenador Pedagógico da SEDUC, Renato Dias¹⁶, deixa o cargo que estava ocupando desde a entrada de Feder na pasta. Procedente do setor empresarial, Renato Dias atua no grupo Somos Educação¹⁷.

Seguindo o ritmo de outros projetos que novamente são comunicados inicialmente pela imprensa para posteriormente serem confirmados como política oficial, as férias escolares no mês de janeiro iniciaram com a notícia da transferência de 50 escolas estaduais para a administração do município de São Paulo. Conhecido como municipalização, o processo é uma ferramenta com previsão legal e que já ocorreu em determinadas situações, mas inédito no âmbito das escolas localizadas na capital.

¹⁴ Fonte: Portal G1. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/06/apos-erros-em-material-didatico-digital-coordenador-pedagogico-da-secretaria-estadual-da-educacao-de-sp-deixa-o-cargo.ghtml>. Acesso em 12 de março de 2024.

¹⁵ Fonte: Portal UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/08/11/renato-feder-educacao-sao-paulo-conflito-de-interesse-contratos.htm>. Acesso em 12 março 2024.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Nota: Anteriormente chamado de grupo Abril Educação, a empresa se denomina como fornecedora de “soluções educacionais eficientes para os alunos” por meio do oferecimento de conteúdo digital via plataformas virtuais, liderando as escolas na “transformação digital.” Informações retiradas da página institucional da empresa. Disponível em <https://somoseducacao.com.br/quemSomos.php>. Acesso em 12 março 2023.

No entanto, o processo requer amplo debate público, previsão do impacto financeiro e técnico que embase a decisão tomada em conjunto e em acordo com os variados setores atingidos pela decisão. O que não se mostrou caso dessas 50 unidades que estavam em curso adiantado do processo, com a lista das unidades previstas para iniciar uma etapa já em 2024 e outra em 2025 vazada pela imprensa.

Posteriormente, a informação foi confirmada por ambas as secretarias, de forma arbitrária sem levar em conta as consequências para os trabalhadores, a comunidade escolar e os territórios. Sobre a municipalização, trataremos com maiores detalhes posteriormente.

Recentemente, em março, o governador encaminhou para a Alesp o Projeto de Lei Complementar (PLC)¹⁸ n.º 9/2024, que visa criar o programa de escolas cívico-militares¹⁹ em âmbito estadual, após a descontinuidade do programa federal. Sob a premissa de resolução das defasagens educacionais por meio da disciplina, o programa esvazia questões que são de âmbito social. Dessa forma o governador Tarcísio busca trazer um projeto educacional sem discussão com os trabalhadores da educação, com a sociedade, com a pesquisadores da educação e com os estudantes.

Tal medida reforça o projeto de descaracterização de escolas públicas democráticas e cidadãs colocadas em prática após o fim da Ditadura Civil Militar e defendidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996; também amplifica a prática de transferência de recursos financeiros da educação para setores não-educacionais, mediante o pagamento de um vultuoso adicional para os policiais militares da reserva responsáveis pela permanência nas escolas (aproximadamente R\$ 300,00 por jornada de 8 horas diárias, em complemento aos provimentos que já recebem da Secretaria Estadual de Segurança Pública), entre outros aspectos.

Cabe destacar que no Paraná, onde Renato Feder ocupou a Secretaria Estadual de Educação por quatro anos, o processo de implementação das escolas

¹⁸ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/spl/2024/03/Propositura/1000544513_1000684815_Propositura.pdf. Acesso em 12 de março de 2024.

¹⁹ Fonte: Portal G1. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/08/tarcisio-envia-a-alesp-projeto-para-implementar-escolas-civico-militares-pm-tera-salario-superior-ao-de-professor.ghtml>. Acesso em 12 de março de 2024.

cívico-militares²⁰ já ocupa 312 escolas estaduais no ano de 2024 em diversos municípios.

Em que pese a necessidade de promovermos uma educação pública seguindo as bandeiras da laicidade, gratuidade e inclusão, é necessário que ela passe pela CONSTRUÇÃO de políticas públicas, realizadas por amplos atores sociais do processo educacional, tendo como diretrizes o diálogo, o investimento público para educação pública, o respeito e a tolerância.

A municipalização das escolas no município de São Paulo

No que tange ao assunto objeto desta breve apresentação, a proposta de municipalização das escolas estaduais não é fenômeno recente da política educacional. A transferência efetiva-se por meio do convênio celebrado por ambas as secretarias de educação no Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município. Em suas diretrizes²¹ do programa de governo, Tarcísio de Freitas já indicava a intenção de seguir na municipalização.

Governança e Gestão Educacional: Exercer o papel de coordenação da política educacional estadual, fortalecendo o regime de colaboração com os municípios. Avançar na municipalização da Educação Fundamental. Considerar como um dos critérios de distribuição de ICMS os indicadores educacionais. Aprimorar a capacidade administrativa da Secretaria de Educação, com uma estrutura capaz de oferecer sólido apoio às escolas.

Ou seja, Tarcísio já considerava o desmembramento da gestão escolar e a municipalização como ferramentas da administração. Não foram localizados muitos outros elementos em seu programa de governo que permitam aprofundar a caracterização da sua perspectiva antes de assumir o governo estadual em 2023.

O processo de transferência consolidada pelos governos municipal e estadual possuem como característica a falta de diálogo com os trabalhadores, com os estudantes e suas famílias atingidos no processo, bem como a ausência de critérios

²⁰ Fonte Agência Estadual de Notícias. Disponível em <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-tera-312-escolas-estaduais-civico-militares-em-2024>. Acesso em 12 de março de 2024.

²¹ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/SP/546/candidatos/909026/5_1660082556447.pdf. Acesso em 12 de março de 2024.

técnicos que embasem a decisão, uma vez que em nota²² ao Portal G1 a Seduc afirma que o interesse, critérios e seleção partiram da Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo:

O interesse pela municipalização partiu da prefeitura que fez a seleção das escolas a partir de dois critérios: unidades de Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e aquelas que ficam em regiões em que a prefeitura da capital tem necessidade de ampliar o atendimento municipal.

Desta forma, sob o pretexto de cumprir a função legal de responsabilidade pela oferta do ensino fundamental, a Seduc desconsidera as relações sociais, os laços profissionais e o respeito com os profissionais inseridos no território. Uma vez que a municipalização implica no desligamento, ou não, dos profissionais lotados em determinada unidade para outra rede, com características próprias.

Segundo lista inicial divulgada na imprensa²³, para o ano de 2024, estão previstas as seguintes escolas municipalizadas:

Adalgiza Segurado da Silveira (DRE Centro Oeste)
 Professor Luiz Cintra do Prado (DRE Centro Oeste)
 Professora Aparecida de Lourdes Morais Araújo (DRE Sul 2)
 Professora Belkice Manhães Reis (DRE Sul 3)
 Professora Clarina Amaral Gurgel (DRE Sul 3)
 Professor Osmar Bastos Conceição (DRE Norte1)
 Professor José Carlos Dias (DRE Centro)
 Camilo Castelo Branco (DRE Leste 3)
 Padre Giorgio Gagliani Caputo (DRE Leste 2)
 Artur Saboia (DRE Centro Sul)
 Marechal Deodoro (DRE Centro)
 A Hebraica (DRE Leste 4)
 Professora Lina da Costa Couto (DRE Leste 4)
 Professora Maria Paula Marcondes Domingues (DRE Norte 2)
 Professora Dirce Pastore Donato (DRE Norte 2)
 Professor Renato Dias de Araújo (DRE Leste 2)
 José Borges dos Santos Junior (DRE Leste 1)
 Professor Laerte Panighel (DRE Leste 1)
 Professora Adalgise Moreira Pires (DRE Leste 1)
 Professora Eliana Passuelo (DRE Norte 1)
 Guilherme Kuhlmann (DRE Centro Oeste)
 Manuel Borba Gato (DRE Sul 1)
 Professor João Ernesto de Souza Campos (DRE Sul 1)
 Orlando Silva (DRE Leste 3)
 Professora Julieta Terlizzi Bindo (DRE Leste 4)

Para 2025, já há uma lista de outras 25 escolas previstas na municipalização:

²² Fonte: Portal G1: Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/01/05/prefeitura-de-sp-vai-assumir-50-escolas-estaduais-de-ensino-fundamental-ate-2025.ghtml>. Acesso em 12 de março de 2024.

²³ Fonte: Gazeta de São Paulo. Disponível em <https://www.gazetasp.com.br/estado/prefeitura-de-sp-vai-assumir-gestao-de-50-escolas-estaduais/1133024/>. Acesso em 12 de março de 2024.

Professor Adolfo de Arruda Castanho (DRE Centro Oeste)
Bibliotecária Maria Luisa Monteiro da Cunha (DRE Centro Oeste)
Nipo Brasileira (DRE Sul 1)
Professor Ernestino Lopes da Silva (DRE Sul 3)
Professor Gerson de Moura Muzel (DRE Sul 3)
Professora Dalila de Andrade COSTA (DRE Norte 1)
Visconde de Taunay (DRE Centro)
Fulvio Abramo (DRE Leste 3)
Professora Ines Brega Cordeiro (DRE Leste 3)
Paulo Machado de Carvalho (DRE Centro)
Arthur Guimarães (DRE Centro)
Professora Maria Jose Barone (DRE Leste 4)
Professor Edson Luiz Ribeiro (DRE Leste 1)
Professora Luzia Godoy (DRE Norte 2)
Julio Maia (DRE Leste 5)
Thomaz Rodrigues Alckmin (DRE Leste 2)
Dr. Lauro Celidonio Gomes dos Reis (DRE Leste 2)
Jaime Cortesão (DRE Leste 5)
Erasmus Braga (DRE Leste 5)
Pedro II (DRE Centro)
Professora Regiane do Carmo Monteiro (DRE Norte 1)
Desembargador José Cavalcanti Silva (DRE Sul 1)
Luiza Marcelina Branca Chaib (DRE Sul 1)
Walter Belian (DRE Leste 4)
Professor Valentim Carra (DRE Leste 3)

Outras considerações merecem ser destacadas nesse processo:

- Não foram abertas consultas públicas na Câmara Municipal durante o período em que as escolas foram negociadas;
- Não foram criadas novas vagas na rede estadual, o número de alunos contemplados continua igual, portanto o estado não avançou no número de alunos ideal, previsto no Plano Nacional de Educação;
- Embora seja defendido como cumprimento da LDB, a educação municipal em São Paulo não tem tido avanços na oferta do ensino infantil, ainda mais inicial do que o ensino fundamental. É flagrante a deficiência do atendimento ao do número de vagas no ensino infantil do município, que acaba recorrendo a um grande número de escolas da rede parceira e rede conveniada;
- A composição do orçamento municipal para a educação, baseado no cálculo dos alunos no FUNDEB não levava em conta as matrículas transferidas;
- Em contrapartida, para onde será destinado o valor correspondente no Orçamento estadual previsto para 2024 das unidades municipalizadas?
- Como será estabelecida a condição dos profissionais que não optarem por permanecer na unidade municipalizada e decidirem permanecer na rede estadual?

O desmembramento da rede estadual de educação na cidade de São Paulo, não deve ser vista como algo encerrado na lista de 50 escolas que objetivam cumprir a oferta do ensino fundamental no âmbito da gestão municipal. As escolas são vivas, construídas por variados trabalhadores da educação, estudantes, seus familiares e outros atores sociais. Possuem história e ligação com o local, onde se integram e permanecem como referência social, afetiva e profissional.

Não se trata “apenas” da transferência de 25 mil estudantes de uma rede para outra, mas de milhares de vidas de uma comunidade inserida em determinado território que está sendo negociada de forma mecânica pelo alto escalão da administração estadual e municipal; também não há indícios de que o processo será findado com essas 50 escolas.

Ainda no mês de março, com grande destaque foi veiculado na imprensa²⁴ a perda de R\$ 3,6 bilhões de repasses do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para São Paulo, pelo descumprimento de uma das 5 metas que visam reduzir as desigualdades dos sistemas educacionais. Sendo elas:

- garantir participação mínima de 80% dos alunos no Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica);
- aprovar e executar ICMS Educacional;
- prover cargos de diretor escolar com critérios técnicos de mérito e de desempenho;
- ter referências curriculares alinhados à BNCC (base nacional comum);
- e
- reduzir desigualdades socioeconômicas e raciais no ensino.

É necessário salientar que justamente a última meta não foi atingida, acentuando a necessidade de aproximação das escolas com sua função social, muito distante dos projetos desconexos apresentados ao curso dos últimos quinze meses.

Procuramos com essa pequena apresentação tratar da municipalização como parte de um projeto maior em curso no estado de São Paulo, implementado pelo governador Tarcísio de Freitas e o secretário estadual de Educação, o empresário

²⁴ Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/03/sp-perde-recursos-da-uniao-por-nao-reduzir-desigualdades-educacionais.shtml>. Acesso em 12 de março de 2024.

Renato Feder. Tal projeto neoliberal colocado em curso por administrações anteriores, mas colocado em ritmo acelerado nos últimos 15 meses, tem como marcas a aproximação suspeita do interesse privado no orçamento público, o uso demagógico das demandas sociais e estudantis e a tomada de decisões de forma unilateral, sem a devida discussão do rito democrático.

Nesse sentido, apesar dos sistemáticos projetos de desmonte endereçados ao sistema estadual de ensino, acreditamos que o único caminho que permanece é o da luta: por meio da organização, informação e mobilização; é por esse caminho que a educação resiste e se posta como alternativa para uma sociedade mais plural e justa.

Referências complementares

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei n.º 16.279, de 8 de julho de 2016.** Dispõe sobre a criação do Plano Estadual de Educação de São Paulo. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>. Acesso em 12 de março de 2024.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). **Decreto n.º 63.233, de 27 de fevereiro de 2024.** Dispõe sobre a criação das escolas municipais transferidas da Secretaria Estadual de Educação. Disponível em <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-63233-de-27-de-fevereiro-de-2024>. Acesso em 12 de março de 2024.